



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

ATA DA 518ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
(CONSUNI), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
(UNIRIO), REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2023

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do corrente ano, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se, no Auditório Vera Janacópulos, na Reitoria, os membros do Conselho Universitário (CONSUNI), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), cujas assinaturas constam do Livro de Presença. Justificaram a ausência as Professoras MARIA BEATRIZ ASSUNÇÃO MENDES DA CUNHA e VANIA MARIA FELIX DIAS. O Senhor Presidente, Professor JOSÉ DA COSTA FILHO, Reitor da UNIRIO, cumprimentou a todos e declarou aberta a quingentésima décima oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI), mas, antes de colocar a Pauta em votação, os Conselheiros OSCAR GOMES DA SILVA e MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS se manifestaram, com o pedido de inscrição de fala, o que foi autorizado pelo Senhor Presidente. Com a palavra, o Servidor Técnico-Administrativo OSCAR GOMES DA SILVA questionou se havia a possibilidade de inclusão, na Pauta, do item Assuntos Gerais, uma vez que gostaria de apresentar dois esclarecimentos. Em resposta, o Senhor Presidente autorizou a inclusão do referido item e, após, passou a palavra ao Conselheiro MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS. O Conselheiro informou que apresentaria um informe rápido e também uma denúncia: segundo ele, desde a semana anterior, dois estudantes da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), os Senhores Hendryll Luiz Rodrigues de Brito Silva e Lucas Borges Carvente, que tinham participado de manifestação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) contra a votação da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), estavam privados de liberdade, sob a alegação de formação de quadrilha e de agressão à polícia. Continuando, relatou que os dois estudantes permaneciam até aquela data encarcerados, além de terem sido espancados, motivo pelo qual alguns estudantes estavam fazendo uma vigília na frente do presídio, em São Paulo, e convidou a comunidade universitária a compartilhar tal informação, porque, nas suas palavras, a privatização da SABESP era criminosa e a prisão dos dois alunos era arbitrária e de cunho político. Ao término dessa fala e considerando que o Conselheiro MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS apenas tinha antecipado a notícia pertencente ao tópico Informes, que só ocorreria no fim daquela Sessão, o Senhor Presidente passou a palavra ao Professor RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS, Representante da ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIRIO/Seção Sindical (ADUNIRIO/SSIND). O Conselheiro questionou se os informes seriam deliberativos e solicitou que, em caso afirmativo, deveriam fazer parte da Pauta da Sessão. Em resposta ao questionamento, o Senhor Presidente esclareceu que os informes não eram deliberativos. Antecipando os informes que seriam feitos ao final da Reunião, o Senhor Presidente descreveu os esforços feitos pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), para obter um acréscimo de orçamento para as despesas de investimento na Universidade, com uma suplementação de três milhões de reais, valor que seria recebido como suplementação orçamentária, a fim de custear determinadas despesas da Instituição, tais como: compra de computadores,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

de mobiliário, de aparelhos de ar-condicionado, entre outras. Destacou a iniciativa do Professor STEVEN DUTT ROSS, Diretor de Orçamento, que tinha conseguido remanejar uma verba já existente no orçamento de investimento da Universidade e não utilizada, também da ordem de três milhões de reais, com vistas ao custeio dos gastos com terceirização de mão de obra. Parabenizou a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), a PROPLAN e a Vice-Reitoria por, nas suas palavras, todo o trabalho e esforço empregado para o êxito daquela empreitada. Por fim, colocou a Pauta em votação, a qual foi **APROVADA** por unanimidade, e informou que a Sessão poderia se estender somente até às doze horas e trinta minutos. Após, passou a palavra ao Professor SIDNEY CUNHA DE LUCENA, Pró-Reitor de Planejamento, para fazer a relatoria do **item um** da Pauta: ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE PARCELAS/VIGÊNCIA E DOS VALORES MENSIS DAS BOLSAS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, PARA O EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, MANTIDAS PELA UNIRIO, NOS MESES DE SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (RESOLUÇÃO SCS *AD REFERENDUM* NÚMERO CINCO MIL SETECENTOS E SETE, DE DOZE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS). Com a palavra, o Senhor Relator apresentou uma tabela com os dados referentes às modalidades de bolsa, quantitativo, parcelas e valores, destacando os valores aprovados pela Reitoria, *ad referendum* do CONSUNI, no mês de setembro do corrente ano, com vistas à uma tentativa de equiparação ao aumento concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Saliou que o valor atual das bolsas concedidas pela Universidade era de quatrocentos reais e que esperavam que este valor chegasse a setecentos reais, porém, ainda no mês de setembro do corrente ano, não havia a segurança financeira necessária para a tomada de tal decisão. Com isso, a gestão optara pelo acréscimo de cento e cinquenta reais ao valor de quatrocentos reais, com o valor final de quinhentos e cinquenta reais, a ser concedido de setembro a dezembro do ano em curso. Para o ano seguinte, apontou que a matéria seria tema de outro ponto da Pauta. Ao longo da apresentação do Senhor Relator, o Senhor Presidente precisou se ausentar da Sessão, que passou a ser presidida pela Professora BRUNA SILVA DO NASCIMENTO, Vice-Reitora, a qual, após a fala do Senhor Relator, colocou o item um da Pauta em votação. Por não haver manifestação contrária ou abstenções, o item um foi **APROVADO** por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidenta passou a palavra ao Professor GUSTAVO NAVES FRANCO, Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, para fazer a relatoria do **item dois** da Pauta: ALTERAÇÃO DO QUANTITATIVO DE BOLSAS, NA MODALIDADE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, DO PROGRAMA DE BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, FIXADO PELA RESOLUÇÃO SCS NÚMERO CINCO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS, DE QUINZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, E ALTERADO PELA RESOLUÇÃO SCS *AD REFERENDUM* NÚMERO CINCO MIL SETECENTOS E SESSENTA E OITO, DE QUATRO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. O Senhor Relator iniciou sua apresentação, explicando que, inicialmente, aquela Pró-Reitoria havia feito um planejamento para o ano de dois mil e vinte e quatro, que contemplava a concessão de setecentas e cinquenta bolsas de auxílio-alimentação, em detrimento das seiscentas e noventa que tinham sido aprovadas no corrente ano, contudo, ao fazer o planejamento, percebeu que seria possível antecipar a



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

oferta de mais sessenta bolsas daquela modalidade ainda no ano corrente, no mês de dezembro, tendo em vista que havia um edital recente em vigor, pelo qual poderiam ser atendidos, além dos seiscentos e noventa estudantes, mais sessenta, já a partir daquele mês. Desse modo, esclareceu que a alteração fora realizada *ad referendum* do CONSUNI, a fim de atender prontamente essa demanda. Retomando a condução da Sessão, o Senhor Presidente avaliou que, por se tratar de uma alteração feita por meio de uma Resolução *ad referendum* daquele Conselho, não seria necessária a apresentação de considerações, sendo passível a submissão do item à votação dos Conselheiros, assim, por não haver manifestações contrárias ou abstenções, o item dois foi **APROVADO** por unanimidade. Após, o Senhor Presidente passou a palavra novamente ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, para fazer a relatoria do **item três** da Pauta: ALTERAÇÃO, NO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, DO VALOR DA PARCELA DAS BOLSAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, DO PROGRAMA DE BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, FIXADO PELA RESOLUÇÃO SCS NÚMERO CINCO MIL SEISCENTOS E QUARENTA E TRÊS, DE QUINZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (RESOLUÇÃO SCS *AD REFERENDUM* NÚMERO CINCO MIL SETECENTOS E SESSENTA E NOVE, DE QUATRO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS). O Senhor Relator esclareceu que tal alteração era referente exclusivamente ao mês de dezembro do corrente ano e que estava de acordo com o planejado pela gestão anterior. Explicou que havia um quantitativo de bolsas definido no início do ano em curso, contudo, ao longo dos meses, se observara uma sobra de recursos oriundos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além do fato de que muitas vezes um aluno era desligado do Programa e a vaga ficava ociosa, resultando em uma sobra de recursos financeiros, o que possibilitou que, especificamente, no mês de dezembro do corrente ano, fossem alteradas as Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA) e de Auxílio-Moradia para mil reais cada uma, e a Bolsa de Auxílio-Alimentação, para oitocentos reais. Ponderou que, apesar de ser uma boa notícia para os estudantes, não seria possível a manutenção de tal reajuste no próximo ano, uma vez que a pressuposição de que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) teria um superávit – mais ganhos do PNAES do que gastos – era equivocada, considerando que a demanda de alunos por tais recursos era bem maior do que a oferta de bolsas a serem concedidas pela UNIRIO. Ressaltou que a PRAE trabalharia para atender cada vez mais alunos, entretanto, naquele momento, era possível apenas a alteração do valor do benefício no mês de dezembro do corrente ano, a fim de que o saldo remanescente da verba do PNAES pudesse ser utilizado e não devolvido ao Ministério da Educação (MEC). Do mesmo modo como fora conduzida a aprovação do item anterior, o Senhor Presidente considerou que, por se tratar, também, de uma alteração feita por meio de uma Resolução *ad referendum* daquele Conselho, não seria necessária a apresentação de considerações, entretanto foi notificado pela Senhora VERA LÚCIA DOS SANTOS LEMOS VAZ, Secretária dos Conselhos Superiores, de que já havia Conselheiros inscritos para apresentarem suas colocações. Assim, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS. O Conselheiro argumentou que sua dúvida poderia ser esclarecida quando as reuniões da Câmara de Assuntos Estudantis (CAE) fossem iniciadas, mas questionou o Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis sobre o motivo pelo qual não foram incluídos novos beneficiários no Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico e de Assistência Estudantil ao longo do semestre, em vez



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

da majoração do valor, ao final do ano, do recurso percebido pela parcela de estudantes já atendida pelo referido Programa. Reportando-se a essa colocação, o Senhor Relator disse concordar com o Conselheiro, porém esclareceu que a primeira sessão ordinária da CAE seria realizada na tarde daquele dia, às dezessete horas: nela haveria a possibilidade da apresentação e do debate de assuntos daquela natureza, inclusive os relacionados a valores e quantitativos de bolsas para o ano de dois mil e vinte e quatro. Salientou que a alteração proposta naquela Sessão se devia ao saldo remanescente dos recursos oriundos do PNAES para aquele ano e que ainda não fora feita uma discussão sobre o orçamento, de um modo geral, na PRAE. Acreditava ser possível que, no futuro, a Universidade pudesse se comprometer com a concessão de um quantitativo maior de bolsas, como, por exemplo, a Bolsa BIA, de Auxílio-Alimentação e de Auxílio-Moradia, todavia, naquele momento, reiterou a impossibilidade de atendimento a tal demanda. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora VIVIAN DE ALMEIDA MATTOS, Diretora de Gestão Administrativa (DIGAD) da PRAE. Com relação ao questionamento do Conselheiro MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS, a Conselheira informou que as bolsas eram planejadas de modo a serem ocupadas ao longo de todo o ano, uma vez que sua distribuição era decorrente de editais fixos, entretanto, devido à evasão estudantil, algumas vagas ficavam ociosas no decorrer do período. Corroborando a fala do Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, disse que não era possível ofertar tais bolsas, sem ter conhecimento do orçamento que seria destinado para aquela rubrica no ano seguinte. Ressaltou que o tema estava sendo avaliado na PRAE, com o objetivo de encontrar modos de ocupação das vagas excedentes entre a publicação de editais para esse fim, como ocorreria com a oferta de bolsas de auxílio-alimentação, quando adiantaram a publicação do novo edital, e os estudantes que eram contemplados com aquele benefício foram convocados a participar da seleção ainda no mês de novembro do corrente ano, com isso, fora possível reduzir o número de vagas ociosas. Apontou que a DIGAD procederia da mesma forma, possivelmente em maio de dois mil e vinte e quatro, para que não sobrassem bolsas ociosas e mais estudantes fossem contemplados. Finalizando, justificou o desencontro na publicação dos editais de bolsas, pois, durante a pandemia de COVID-19, houvera a publicação de editais extraordinários para a concessão dos auxílios de inclusão digital e emergencial, o que, segundo ela, sobrecarregou a equipe, mas afirmou que a PRAE estava trabalhando para mitigar as consequências dessas ações e que, em breve, haveria um acerto daquele descompasso. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vice-Reitora, que, complementando as colocações do Senhor Relator e da Senhora Diretora de Gestão Administrativa da PRAE, lembrou aos Conselheiros que a alteração proposta dizia respeito à utilização de recursos que deveriam ser gastos até o final do ano em curso, daí a ampliação do valor das bolsas, de forma extraordinária, no mês de dezembro. Para o ano seguinte, ressaltou que o planejamento e o gerenciamento da verba destinada à assistência estudantil eram de total responsabilidade da nova gestão, com a possibilidade de acerto na publicação dos editais para aquele fim. Com a palavra, o Senhor Presidente reforçou que, durante o processo eleitoral para o cargo de Reitor, ao ouvir as lideranças estudantis, alguns temas eram recorrentes, como a necessidade do estabelecimento da CAE, visando ao diálogo permanente com os estudantes para o planejamento das ações voltadas aos mesmos, e que, no presente, se iniciaria o funcionamento da Câmara. Ciente de que a PRAE estava envidando esforços para a utilização de toda a verba recebida naquela Pró-Reitoria para o atendimento às



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

demandas dos estudantes, o Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, bem como à Diretoria e à Coordenadoria envolvidas. Ainda, ressaltou que, antes mesmo do início do trabalho da CAE, ocorrera uma série de ações, como as atividades da Pró-Reitoria Itinerante, o diálogo durante a situação de violência vivenciada na Cidade do Rio de Janeiro, em outubro do corrente ano, a falta d'água e outras situações, que vinham sendo debatidas, muitas vezes, por iniciativa dos próprios estudantes, com a Reitoria, a PRAE, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Câmara de Graduação, com destaque para a aprovação, na Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), ocorrida no dia anterior, de resolução alusiva ao trancamento excepcional de disciplinas, fora do prazo, modificando, portanto, o Calendário Acadêmico de dois mil e vinte e três. Por fim, avaliou que, no âmbito da interação dos estudantes com a PRAE e a PROGRAD, avanços muito significativos vinham sendo alcançados e agradeceu, mais uma vez, aos respectivos Pró-Reitores, além de fazer questão de registrar, nas suas palavras, a proatividade, a capacidade de colaboração, de reflexão crítica e de ponderação das lideranças estudantis, não apenas do Diretório Central dos Estudantes (DCE), mas também dos Diretórios Acadêmicos (DAs). Em seguida, por não haver mais inscritos, o Senhor Presidente submeteu o item três ao escrutínio dos Conselheiros, e o referido item foi **APROVADO** por unanimidade. Após, passou a palavra ao Senhor Pró-Reitor de Planejamento, Professor SIDNEY CUNHA DE LUCENA, para fazer a relatoria do **item quatro** da Pauta: QUANTITATIVOS, NÚMERO DE PARCELAS E VALORES MENSIS DAS BOLSAS, DO PROGRAMA DE BOLSAS DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, PARA O EXERCÍCIO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO MANTIDAS PELA UNIRIO. O Senhor Relator apresentou uma tabela que continha as modalidades de bolsas, quantitativos, parcelas e valores previstos para o exercício de dois mil e vinte e quatro, destacando o esforço para a equiparação do valor de algumas dessas bolsas, de acordo com o que fora estipulado em fevereiro do ano corrente pelo CNPq. Assim, explicou que as bolsas, que eram ofertadas nos valores de quinhentos ou quinhentos e cinquenta reais, passaram a ser concedidas no valor de setecentos reais. Evidenciou, ainda, a existência de duas bolsas de doutorado, do Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (PROAFRI), para as quais foi mantido o valor de três mil e cem reais, e a criação de uma nova modalidade de bolsa, a PIBEX PRO, do Programa Institucional de Bolsas de Extensão PRO, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO (PROExC), no valor de mil e quatrocentos reais. Informou a alteração do valor das Bolsas MARCA – Mobilidade Acadêmica e de Mobilidade Acadêmica Internacional, da Coordenação de Relações Internacionais e Interinstitucionais (CRI), para setecentos reais e mil e quatrocentos reais, respectivamente; e a divisão das bolsas propostas pela PRAE, decorrentes da verba do PNAES, que, além das bolsas, contemplava parte do custeio do Restaurante Universitário. Ao término da sua fala, ponderou que a Universidade tinha um débito com os bolsistas PROAFRI, os quais deveriam receber, segundo ele, a quantia de três mil e cem reais desde o mês de fevereiro do ano corrente, por conta de reajustes. Como o valor da bolsa só pudera ser atualizado em agosto, explicou que o pagamento da diferença, retroativo a fevereiro, também tinha sido incluído no planejamento de dois mil e vinte e quatro. Depois, o Senhor Presidente agradeceu ao Senhor Relator e passou a palavra ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, que fez o seguinte esclarecimento: para as Bolsas BIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

e de Auxílio-Moradia, a PRAE havia analisado e determinado o valor de seiscentos reais, devido às cotas excedentes, e acrescentou que, a partir das vagas remanescentes, aquela Pró-Reitoria precisava escolher entre aumentar o quantitativo de bolsas a serem ofertadas ou aumentar o valor das bolsas que já eram ofertadas, mas, no seu ponto de vista, não seria possível chegar a um cenário totalmente adequado, porque, na primeira situação, mais alunos seriam atendidos, por outro lado, as bolsas ficariam com um valor defasado; e, na segunda, menos estudantes seriam atendidos. Com isso, mencionou que, em um primeiro momento, a partir do diálogo com os estudantes e da experiência de outras universidades, considerando o que fora previsto pelo PNAES para o ano de dois mil e vinte e quatro, a proposta da PRAE era no sentido do aumento do quantitativo de Bolsas BIA e da alteração do seu valor de quinhentos e cinquenta para seiscentos reais, com a expectativa de que, no próximo ano, fosse feito um aporte financeiro nos recursos oriundos do PNAES, de modo a possibilitar tanto o aumento no quantitativo de bolsas a serem ofertadas naquelas modalidades, quanto um reajuste no valor, até alcançar o valor de setecentos reais. De todo modo, o Senhor Pró-Reitor de Assuntos Estudantis adiantou que a matéria seria objeto de debate na CAE. Por não haver manifestações dos Conselheiros, o Senhor Presidente submeteu o item quatro à votação, o qual foi **APROVADO** por unanimidade. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vice-Reitora, para fazer a relatoria do **item cinco** da Pauta: AFASTAMENTO DO PAÍS, COM ÔNUS, DO MAGNÍFICO REITOR, PROFESSOR JOSÉ DA COSTA FILHO, PARA PARTICIPAR DO DÉCIMO QUARTO CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSIDAD DOIS MIL E VINTE E QUATRO, EM HAVANA, CUBA, NO PERÍODO DE CINCO A NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, INCLUÍDO O TRÂNSITO – PROCESSO NÚMERO VINTE E TRÊS CENTO E DOIS – ZERO ZERO CINCO SETE TRÊS TRÊS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS – NOVENTA E DOIS. Com a palavra, a Senhora Relatora solicitou à Professora VANESSA TEIXEIRA DE OLIVEIRA, Coordenadora de Relações Internacionais e Interinstitucionais (CRI), que fizesse a apresentação do tema. A Senhora Coordenadora contextualizou o convite feito pela Embaixada de Cuba, no Brasil, encaminhado à UNIRIO por intermédio da presidência da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e enfatizou a importância da representação da Universidade no evento, no qual seria realizada, também, a quarta Reunião Preparatória da Conferência Regional de Educação Superior, que aconteceria em março do ano seguinte, em Brasília (DF). Ainda, salientou que um dos objetivos do Congresso era o estreitamento de laços e a promoção de intercâmbio entre universidades brasileiras e cubanas. Na sequência, a Senhora Vice-Reitora colocou o item cinco em votação, por não haver manifestações contrárias ou abstenções, o referido item foi **APROVADO** por unanimidade. A seguir, retomando a condução da Sessão, o Senhor Presidente agradeceu e reiterou que o evento objetivava as discussões relativas ao intercâmbio e mobilidade estudantil, tanto do pessoal administrativo – servidores técnico-administrativos – quanto dos docentes e discentes. Depois, passou a palavra ao Senhor SIDNEY OLIVEIRA RODRIGUES, Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIRIO, para fazer a relatoria do **item seis** da Pauta: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (RAAI) DOIS MIL E VINTE E TRÊS – ANO-BASE DOIS MIL E VINTE E DOIS – OFÍCIO NÚMERO TRINTA E SEIS/DOIS MIL E VINTE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

TRÊS/CPA/UNIRIO, DE SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. O Senhor Relator iniciou com o comentário de que a apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAAI) da Universidade deveria feita todos os anos, mas, por questões internas, ligadas à gestão anterior, desde que assumira a presidência da CPA, em dois mil e dezenove, segundo ele, aquela era a primeira oportunidade concedida para a apresentação do referido Relatório. Contextualizou o papel da Comissão, explicando o seu funcionamento e sua responsabilidade pela coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, além da orientação, da sistematização e do assessoramento das instâncias acadêmicas e administrativas da UNIRIO em suas decisões estratégicas, com base no questionário que era aplicado todos os anos à comunidade universitária. Argumentou que a avaliação institucional era um agente de modernização administrativa da Educação, uma vez que contribuía para que a Universidade repensasse suas práticas administrativas, técnicas e pedagógicas, ao mesmo tempo que refletia sobre o seu papel na sociedade, como produtora e socializadora de um saber capaz de compreender e transformar a realidade. Apresentou a composição da CPA e informou que, atualmente, a mesma não tinha representação docente, por falta de candidaturas nas últimas eleições, assim, era composta por servidores técnico-administrativos, discentes e membros da sociedade civil. Explicou que, todos os anos, inclusive durante a pandemia de COVID-19, o RAAI era elaborado, encaminhado ao MEC, por meio do Sistema e-MEC, e publicado anualmente, até o mês de março de cada ano. O Relatório apresentava o perfil institucional, a metodologia, a análise de dados e das informações nos resultados e ações previstas, e indicava os eixos trabalhados, além disso, tinha por finalidade fomentar a cultura da avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliações externas. Apontou que a metodologia aplicada tinha sido definida pela CPA no ano de dois mil e vinte e um, quando foram promovidas modificações na organização das informações e a construção do Guia de Indicadores da Autoavaliação Institucional. Para o Ciclo Avaliativo de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três, esclareceu que a CPA faria uma compilação ao final do triênio e, no próximo ano, uma avaliação trienal de toda a Instituição. Indicou os normativos que regiam e regulamentavam o funcionamento da Comissão e destacou alguns dados do Relatório, relativos a quantitativo de pessoal, estrutura básica da Universidade, infraestrutura, bolsas e auxílios, número de estudantes na graduação, além de informações sobre a pós-graduação. Por fim, apresentou a compilação de algumas respostas dos participantes da autoavaliação sobre políticas de gestão em diferentes esferas e se colocou à disposição dos Conselheiros para prestar auxílio ou colaboração sobre a matéria. Após, o Senhor Presidente agradeceu a apresentação feita pelo Senhor Relator e ressaltou a importância da participação dos docentes na CPA, uma vez que o trabalho da Comissão tinha uma interface não só com a Instituição como um todo, mas também com todo o processo de avaliação dos Cursos ofertados. Informou que havia se reunido com a CPA e montado uma estrutura de trabalho, cujo acompanhamento seria feito pela Chefia de Gabinete da Reitoria, e que o item não era objeto de deliberação, mas entendia que, em breve, a UNIRIO teria de se dedicar à reflexão sobre quais ações adotaria, para incentivar a participação de docentes naquela instância. Considerou que, em meio ao processo de autoavaliação, se formulavam visões críticas para o ajuste nos processos institucionais. Agradeceu ao Senhor Relator e aos integrantes da CPA e passou a palavra à Professora ÉDIRA CASTELLO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES, que, por não ser membro do CONSUNI, ficou grata pela



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

oportunidade de fala. A Professora parabenizou a CPA pelo trabalho apresentado e, depois, solicitou esclarecimento sobre um dado apresentado: a diminuição, de dois mil e dezenove até dois mil e vinte e dois, no número de Cursos de graduação ofertados. Reportando-se ao Senhor Presidente, avaliou que o quantitativo de discentes no mestrado profissional era maior em relação ao quantitativo no mestrado acadêmico, além disso, argumentou que o quantitativo de bolsas, por ser muito reduzido, poderia impactar nas produções intelectuais da Universidade e perguntou se o Relatório apresentado poderia ser utilizado com a finalidade de sensibilizar os órgãos de fomento para a concessão de bolsas na pós-graduação. Em resposta, o Senhor Relator ponderou que o papel do Relatório da CPA era exatamente chamar a comunidade à reflexão e discussão sobre as melhorias. Destacou que a questão relativa à pós-graduação não era da alçada da Comissão, que recebia os dados provenientes da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI) e os compilava no Relatório. Apontou que, a partir de dois mil e vinte e um, teve início uma Série Histórica, com vistas à discussão sobre as mudanças acontecidas ao longo do processo. Com um histórico de cinco anos, explicou que era possível a análise e reflexão – conforme cada Unidade, a seu próprio consenso – sobre o que precisava ser melhorado ou feito. Por fim, reiterou a observação feita pela docente, de que o Relatório poderia servir de subsídio às solicitações de recursos, apresentadas aos órgãos de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu as colocações do Senhor Relator e passou a palavra ao Professor RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS, Presidente da ADUNIRIO/SSIND. O Conselheiro alegou que, a partir do ano de dois mil e dezenove, a UNIRIO havia sofrido, nas suas palavras, uma profunda ruptura democrática nos seus debates internos de autonomia universitária e justificou a ausência de participação docente na CPA, uma vez que, segundo avaliou, não via motivação para tal, porque a ocupação daquele espaço era uma mera formalidade, para cumprir uma decisão advinda do Governo Federal. Questionou o conteúdo do Relatório emitido pela CPA devido, segundo ele, à impossibilidade de leitura, em uma semana, de um material composto por duzentas e vinte páginas. Na sua opinião, o documento deveria ter sido disponibilizado com mais antecedência, a fim de possibilitar as discussões relativas aos seus tópicos. Ao término de sua fala, solicitou que, a partir do acompanhamento dos trabalhos da Comissão, fossem apresentados à comunidade universitária informes e comunicados sobre as ações planejadas pela Reitoria, para o aproveitamento dos dados contidos em tal documento. Disse ter lido superficialmente o Relatório, porém o suficiente para lhe causar estranheza, com relação ao dado relativo ao nível de satisfação das pessoas na Universidade, e manifestou sua própria insatisfação, bem como a de alguns de seus pares, sobre vários quesitos, inclusive a política de produção científica, de acordo com ele, inexistente na UNIRIO. Em resposta, o Senhor Presidente esclareceu que não fora instituído um Grupo de Trabalho (GT) para o acompanhamento das ações da CPA, mas apenas iniciado um trabalho de acompanhamento da Comissão, mediante reunião com os seus membros, levando-se em conta as outras atividades da Reitoria e da Chefia de Gabinete. Evidenciou que a CPA não se reunia com a Reitoria há muitos anos, o que fora feito, pela primeira vez, na atual gestão, e que aquela instância não era um órgão da gestão, mas de elaboração de relatório sobre a autoavaliação institucional, além disso, não havia a necessidade de que tal documento fosse debatido ou deliberado e aprovado em sessões dos Conselhos Superiores. A seu ver, a organização de seminários de sensibilização e debate poderia



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

aprofundar o processo de mobilização e de reflexão da Universidade sobre os seus próprios processos coletivos, porém reiterou que o Relatório da CPA, órgão autônomo, diferentemente dos relatórios produzidos pelas Unidades internas da Administração, que precisavam ser apresentados e aprovados, não demandava deliberação. Opinou que as colocações do Conselheiro eram valiosas, entretanto, a respeito do apontamento feito sobre o prazo de disponibilização do documento, solicitou sua compreensão e benevolência em considerar que não se tratava de uma repetição de ações adotadas anteriormente, e sim, uma ruptura do hábito de encaminhar aos Conselheiros matérias importantes, com pouco tempo para discussão. Esclarecendo seu posicionamento, disse que era uma ruptura, porque a Administração Superior, apesar de não haver a necessidade de aprovação do RAAI, optara por apresentá-lo aos Conselhos Superiores, com vistas ao estímulo da reflexão no âmbito da comunidade universitária, para que o tema fosse objeto de ponderação pelos Conselhos ou pela comunidade, em qualquer instância coletiva, mesmo que fosse de audiências públicas, de seminário de sensibilização e de discussão de resultados. Por fim, agradeceu as ponderações dos Professores ÉDIRA CASTELLO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES e RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS e passou ao tópico **INFORMES**. Com a palavra, o Senhor Pró-Reitor de Planejamento disse que faria dois informes: 1 – APRESENTAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS; e 2 – APONTAMENTOS RELATIVOS AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA DOIS MIL E VINTE E QUATRO. Sobre a execução Orçamentária, destacou que dividiria o conteúdo em duas partes: custeio e capital. Explicou o conceito de ambas as rubricas e informou que, até o início do mês de dezembro do corrente ano, a Universidade tinha executado noventa e nove vírgula vinte e um por cento do orçamento total para custeio (pagamento de serviços), considerando a verba recebida naquele ano e, também, o crédito suplementar acrescido ao orçamento no segundo semestre do mesmo ano. Salientou que alguns itens tinham excedido o que fora planejado para o ano, como diárias e passagens e pagamento de mão de obra de limpeza e vigilância, e que a execução orçamentária fora um pouco superior ao estimado, porém, no montante total, a UNIRIO estava cumprindo o que havia sido previsto. No que se referia ao orçamento para capital (investimento), mencionou que a dotação orçamentária no Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) dois mil e vinte e três fora de um milhão, novecentos e trinta e três mil quatrocentos e doze reais e que, no segundo semestre, houvera uma suplementação de dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil quatrocentos e trinta e seis reais na rubrica de investimento, num total de quatro milhões, duzentos e quinze mil oitocentos e quarenta e oito reais, contudo a execução até dezembro do corrente ano tinha sido de apenas vinte e três por cento do previsto, restando uma diferença de cerca de três milhões e duzentos mil reais, a qual, conforme apresentado no início da Sessão pelo Senhor Presidente, tinha sido transferida para a rubrica de custeio, permitindo o pagamento de despesas já previstas para dezembro do corrente ano e janeiro de dois mil e vinte e quatro. Explicou que, apesar de a UNIRIO ter uma dívida com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), no valor de três milhões e cem mil reais, dos quais, segundo a Diretoria de Orçamento (DORC), a quantia de um milhão de reais era relativa a juros, essa dívida não estava sendo computada nas despesas da Universidade. Ainda, considerando a decisão tomada de reverter todo o crédito de capital para custeio, a UNIRIO não ficou com o saldo de investimento zerado, porque a PROPLAN buscou uma alternativa de recomposição do



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

orçamento da referida rubrica perante o MEC, o qual disponibilizou um Termo de Execução Descentralizada (TED) no valor de três milhões de reais, condicionado à comprovação de que os recursos pudessem ser empenhados até o dia doze de dezembro do corrente ano. Com isso, ressaltou que foi possível realizar a compra de computadores para os laboratórios de ensino e criar laboratórios de informática em alguns Centros Acadêmicos, além de instalar pontos de acesso de wi-fi e adquirir itens para conectividade de rede, mobiliários diversos e aparelhos de ar-condicionado de janela. Com relação ao segundo informe alusivo ao planejamento orçamentário para dois mil e vinte e quatro, apresentou alguns apontamentos, fruto de reflexão da DORC, que tinha estudado as Séries Históricas de valores previstos e empenhados nos orçamentos dos últimos dez anos, relacionados às despesas com diárias e passagens e locação de mão de obra. Com o auxílio de um gráfico, demonstrou que os gastos com diárias e passagens, em queda no período da pandemia de COVID-19, estavam sendo retomados, com a previsão de alcançar valores similares ao período pré-pandemia. Em relação ao gasto com mão de obra, comentou que a estimativa tinha ficado dentro do que fora planejado e empenhado no QDD. No caso das bolsas ofertadas pela UNIRIO, apontou que a verba era proveniente de orçamento específico do PNAES, mas avaliou que, a exemplo de outras universidades, as quais, a partir de seu próprio orçamento, realizavam aporte financeiro a essa verba, a Instituição deveria iniciar um debate interno, com vistas a uma tomada de decisão nesse sentido. Explicou que, para o ano de dois mil e vinte e quatro, fora encaminhada ao Governo Federal uma proposta orçamentária – por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) –, inserida no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) em agosto do corrente ano e que, posteriormente, seria publicada a LOA – Lei Orçamentária Anual (LOA) –, com o recurso a ser recebido pela Universidade. A partir daí, evidenciou que a PROPLAN criaria o QDD dois mil e vinte e quatro, para acompanhar a execução do orçamento, mas, para isso, salientou que aquela Unidade gostaria de reformular a metodologia utilizada para o Planejamento Orçamentário, por meio da substituição da Comissão Permanente QDD UNIRIO por uma Comissão Permanente de Orçamento, de caráter consultivo e propositivo, com suas atribuições ampliadas e que pudesse discutir e propor formas de acompanhamento da execução orçamentária, modelos de transparência orçamentária, modelos de descentralização orçamentária e orçamento participativo, atuante ao longo de todo o ano. O primeiro passo para tal, de acordo com ele, seria a criação de um GT para a discussão e apresentação de proposta quanto à composição e atribuições da Comissão Permanente de Orçamento. Informou que a PROPLAN já tinha uma sugestão para a organização do GT, com representantes da PROPLAN, PROAD e PRAE, além das entidades representativas ADUNIRIO/SSIND, Associação dos Trabalhadores em Educação da UNIRIO (ASUNIRIO) e DCE, e que faria o encaminhamento da proposta à Reitoria. O Senhor Presidente agradeceu a apresentação do Senhor Pró-Reitor de Planejamento, e seguiu-se um momento de observações e reflexões de docentes e discentes a respeito do tema. Depois, a Professora ÉDIRA CASTELLO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES parabenizou o trabalho da PROPLAN e apresentou três reflexões: em primeiro lugar, opinou que as pessoas deveriam ter mais cuidado e zelo pelo material permanente adquirido na Instituição; em segundo lugar, o valor recebido como suplementação orçamentária para custos de capital, na sua opinião, era insuficiente para cobrir os custos com aquisição de equipamentos na pós-graduação, por outro lado, apesar de ter declarado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

o valor insuficiente, evidenciou que não apresentara qualquer proposta de compra, porque não tomara conhecimento da existência de tal verba, então, sugeriu que, no futuro, os gestores tivessem ciência de que a quantia recebida era insuficiente para alavancar as pesquisas na Universidade; em terceiro lugar, recomendou à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) a implementação, para o pessoal terceirizado, das mesmas ferramentas de avaliação de desempenho dos servidores, o que propiciaria, no seu entendimento, a oportunidade de valorizar o colaborador e obter meios de apontar falhas e necessidade de melhoria, quando fosse o caso. Referindo-se ao Senhor Pró-Reitor de Planejamento, avaliou que o custo com locação de mão de obra era muito alto e que, se fosse considerado o pagamento do décimo terceiro salário, mais os impostos, haveria um acréscimo ainda maior. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou a permissão do Senhor Pró-Reitor de Planejamento para responder ao questionamento da Conselheira: argumentou que a gestão estava programando um espaço de discussão participativa do orçamento e que haveria tempo para a apresentação de todas aquelas ponderações. Destacou que a gestão ainda estava nos seus primeiros seis meses de atuação, de domínio e de aprendizagem e que os resultados que estavam sendo mostrados eram, na sua visão, predominantemente, bons, considerando a busca de atendimento rápido às demandas da coletividade. Considerou que as observações da Conselheira eram importantes e se constituiriam em matéria para a reflexão que seria desenvolvida de modo participativo. Após, passou a palavra à Conselheira JULIA RODRIGUES DA CRUZ CONCEIÇÃO, que parabenizou a apresentação da PROPLAN, em especial, segundo ela, a transparência das informações expostas. Avaliou a participação discente nas discussões relacionadas à execução do orçamento da UNIRIO e apresentou proposta de ampliação da participação daquele segmento nos debates, com a realização de audiências públicas ao longo do primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro, de modo a discutir a execução orçamentária, buscar formas de atuação dos discentes na captação de recursos para a UNIRIO e apresentar questões relacionadas ao arcabouço fiscal, ante a possibilidade, de acordo com ela, de que tal regime viesse a restringir as verbas destinadas às universidades. Na sequência, a Professora MÔNICA VALLE DE CARVALHO ponderou que o tema Orçamento deveria ser item de pauta no CONSUNI, e não apenas um informe, apontou a ausência de participação da Comissão Permanente QDD UNIRIO, designada pelos Conselhos Superiores, na apresentação feita pela PROPLAN e sugeriu a manutenção da referida Comissão, nos moldes determinados anteriormente pelos Conselheiros, a fim de incrementar as discussões e levar mais transparência ao processo. Em seguida, a Professora GISELLE SOUZA DA SILVA evidenciou que era membro da Comissão Permanente QDD UNIRIO, disse que entendia que o período ainda era de transição para a gestão, porém, reiterando a fala da Conselheira que a antecedeu, apontou, também, que a apresentação do Orçamento deveria ser feita como um item de pauta naquele Conselho. Entendia que a Comissão Permanente QDD UNIRIO, quando fosse designada a nova Comissão Permanente de Orçamento, deveria ser consultada ou convocada a participar desta, por conta da *expertise* acumulada ao longo de sua atuação como instância de acompanhamento do planejamento, da elaboração e da execução orçamentária do QDD da Universidade. Ainda, sobre a formação da Comissão Permanente de Orçamento proposta pela PROPLAN, recomendou que o GT observasse e propusesse em sua composição a participação de outros servidores, que tivessem interesse naquela temática, além dos representantes escolhidos nos Conselhos Superiores. A seguir,



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

o Senhor Presidente passou a palavra ao Professor RODRIGO CASTELO BRANCO SANTOS, que corroborou a fala da Professora GISELLE SOUZA DA SILVA e propôs que fosse ampliado tanto o escopo do QDD como o número de participantes na Comissão Permanente de Orçamento, a ser designada e aprovada no CONSUNI, conforme havia ocorrido com a Comissão anterior. Ao término da sua fala, elogiou a gestão pela apresentação da PROPLAN sobre a execução do orçamento, e ponderou que nenhuma gestão, até o momento, havia procedido daquela maneira, apesar da cobrança recorrente do GT Verbas da ADUNIRIO/SSIND. Nas suas palavras, o ocorrido era realmente uma ruptura. Em seguida, informou que aquela Seção Sindical tinha aprovado, em sua última assembleia geral, uma pauta local com onze pontos, dentre eles, uma proposta a ser feita à Reitoria de que fosse estabelecida uma mesa – ou um canal – permanente de negociação, nos moldes estabelecidos por algumas entidades sindicais perante o Governo Federal, como a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Informou, ainda, que a referida pauta estava disponível e que seria publicada uma matéria sobre o assunto. Por fim, solicitou aos Conselheiros que acompanhassem a atuação da ADUNIRIO/SSIND. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra à Senhora PAOLA ORCADES DE MEIRELLES, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, que apresentou dois informes: 3 – EDITAIS DE CONCURSO PARA DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS; e 4 – ANDAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD). Iniciou falando sobre os editais de concurso para docentes e servidores técnico-administrativos, previstos para serem lançados no mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro. Segundo ela, considerando o crescimento da Universidade, os concursos citados eram uma prioridade da gestão, por conta dos cargos que estavam ociosos, suspensos ou extintos, o que causava a redução da força de trabalho. Destacou que a PROGEPE já tinha estabelecido um fluxo de trabalho, que fora feito um estudo sobre a matéria e que o processo já estava na PROAD, para oficializar a dispensa de licitação e a elaboração do contrato. No que ainda caberia à PROGEPE, informou que o edital já estava praticamente pronto e a previsão era a de que seria promovido um concurso, com a oferta de, aproximadamente, oitenta e quatro vagas para os cargos de servidores técnico-administrativos, de nível médio e superior. Referente ao concurso para docentes, apontou a mudança recente na resolução que regia o assunto, com a aprovação da reserva de vagas em vinte por cento para pretos e pardos e cinco por cento para pessoas com deficiência, o que tinha ocasionado, segundo ela, uma série de demandas a serem atendidas na formulação do referido concurso. No segundo informe, sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), a Senhora Pró-Reitora de Gestão de Pessoas anunciou a retomada do tema e comunicou que fora designado um novo GT para revisar a minuta elaborada pelo GT anterior devido ao lançamento de nova normativa do Governo Federal, mas ainda sem previsão do fim dos trabalhos, uma vez que o Grupo percebeu que a construção do documento deveria ser refeita, em virtude das mudanças que o novo normativo apresentava em seu escopo. Ao término da sua fala, informou que o MEC pretendia disponibilizar às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) um sistema para utilização no Programa, o qual seria avaliado pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC). Após, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro RODRIGO DE OLIVEIRA RIBEIRO, Coordenador-Geral da ASUNIRIO, que solicitou esclarecimentos sobre a política da gestão voltada aos trabalhadores pertencentes ao quadro de pessoal da Universidade, contratados sob o Regime Jurídico Único (RJU),



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

lotados no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG). Em resposta, a Senhora Pró-Reitora de Gestão de Pessoas informou que as vagas da UNIRIO faziam parte do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA), disponibilizadas com códigos de vagas específicos, contidas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e gerenciadas pela PROGEPE, e que não havia a possibilidade de substituição desses servidores pelo pessoal contratado da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Evidenciou, inclusive, que as vagas dos servidores técnico-administrativos do HUGG que não estavam ocupadas no QRSTA seriam ofertadas no concurso iminente, para lotação naquela Unidade. Depois, a Professora GISELLE SOUZA DA SILVA, considerando o estudo e o levantamento feito pela gestão anterior da PROGEPE, perguntou se a Senhora Pró-Reitora de Gestão de Pessoas poderia fornecer mais informações a respeito da solicitação por novas vagas para o cargo de professor e se haveria a possibilidade de discussão descentralizada dessa demanda nos Centros Acadêmicos. Em resposta, a Senhora Pró-Reitora de Gestão de Pessoas explicou que aquele tema estava sendo debatido no Fórum de Pró-Reitores de Gestão de Pessoas (FORGEPE), além disso, havia pouco tempo, tinha sido publicada uma portaria que ampliava o banco de professores equivalentes de algumas universidades federais, tendo sido a UNIRIO contemplada com dez dessas vagas, porém, para a promoção de concurso público, era necessário que houvesse o código das vagas, o que ainda não fora distribuído pelo MEC: por ainda existirem, na Instituição, vagas desocupadas, o Ministério tinha declarado, segundo ela, que só retomaria a conversa sobre o tema com a Universidade após o saneamento dessa questão. Por consequência, ressaltou que a prioridade de realização dos concursos não era só pela carência de pessoal, tanto docente quanto técnico, mas também por essa demanda do MEC, que só discutiria a matéria depois que o provimento tivesse sido feito. Esclareceu que, apesar de a portaria divulgada ter ampliado o banco de professores equivalentes, nenhuma universidade tinha recebido os códigos das vagas: houve apenas a destinação de códigos para a área de Medicina, por conta de saldo remanescente do que fora pactuado no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mas ainda não executado. Explicou que a UNIRIO não tinha sido contemplada nessa primeira distribuição e que a segunda ainda estava em tramitação no MEC, sem previsão de liberação, o que, de acordo com ela, prejudicava a propositura de um debate interno. Dessa maneira, enfatizou que a PROGEPE já estava concentrando esforços para a promoção de concursos para os cargos técnico-administrativos e de docentes, a fim de, primeiramente, sanar a questão das vagas desocupadas na Universidade. Após, o Senhor Presidente passou ao último informe: 5 – CICLOS DE PALESTRA – “CEAD CONVIDA”. Declarou que o Professor LEONARDO VILLELA DE CASTRO, Coordenador de Educação a Distância (CEAD), faria um informe naquela Sessão, entretanto, devido a outros compromissos institucionais, o referido Docente não pudera estar presente, porém havia preparado um vídeo, o qual seria projetado para os Conselheiros sobre o Programa “CEAD Convida”. Este iniciaria no dia seguinte, dia treze de dezembro do corrente ano, com periodicidade mensal, e contaria com entrevistas relacionadas à Educação a Distância (EaD), cultura e educação, transmitidas no canal do YouTube daquela Coordenação. Ao término da exibição do vídeo, o Senhor Presidente argumentou que o Senhor Coordenador da CEAD estava empenhado em resolver as demandas relacionadas à equiparação das bolsas da EaD, no Rio de Janeiro, aos valores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

praticados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Em seguida, o Conselheiro OSCAR GOMES DA SILVA fez um questionamento à Pró-Reitora de Extensão e Cultura Substituta, Professora MARY ANN MENEZES FREIRE, a respeito das inscrições para candidaturas à bolsa de pesquisador extensionista, se qualquer servidor poderia se candidatar à referida bolsa. A Senhora Pró-Reitora de Extensão e Cultura Substituta esclareceu que a oportunidade era para todos os servidores. Novamente com a palavra, o Conselheiro OSCAR GOMES DA SILVA solicitou à Senhora Pró-Reitora de Extensão e Cultura Substituta a publicação de uma nota com tal informação. Na sequência, sobre as relações de trabalho dos servidores contratados pelo RJU, lotados no HUGG, pediu esclarecimentos à Reitoria acerca de rumores sobre a impossibilidade da manutenção da carga horária de trinta horas semanais, a implementação de relógio de ponto e a cessão desses servidores à EBSEH. Em resposta, o Senhor Presidente informou que a Diretoria da ASUNIRIO estava atenta a essas questões, inclusive GTs já tinham sido criados para acompanhar a situação. Informou também que a Reitoria já havia se reunido com os servidores do Hospital e que haveria uma audiência pública naquela Unidade no dia vinte de dezembro do corrente ano, para tratar dos temas expostos. Explicou que os relógios de ponto instalados no HUGG não eram dirigidos aos servidores contratados pelo RJU, mas havia uma exigência judicial de implementação do controle eletrônico de frequência para tais servidores, a exemplo do que já ocorria para o pessoal contratado pela EBSEH. Com relação à cessão de servidores para aquela Empresa, afirmou tratar-se de informação infundada e que a Reitoria era contrária à tal ação. Sobre a questão das trinta horas, solicitou à Senhora Vice-Reitora que incluísse os esclarecimentos sobre o tema em sua fala. Assim, a Senhora Vice-Reitora reiterou a fala do Senhor Presidente de que os relógios de ponto não eram destinados aos servidores da Universidade e declarou que, quando houvesse a necessidade de tal implementação, provocada por decisão judicial, a gestão emitiria um comunicado a todo seu pessoal. Explicou que a Reitoria havia solicitado a dilação do prazo para cumprimento da ação civil pública impetrada para essa finalidade e que a Universidade obtivera o prazo de doze meses para apresentação de resposta. Especificou os termos da contratualização da UNIRIO com a EBSEH, formalizada no ano de dois mil e quinze, e o Decreto número dez mil oitocentos e trinta e cinco, de quatorze de outubro de dois mil e vinte e um, artigo terceiro, parágrafo segundo, inciso três, o qual determina que só haverá cessão de servidor para outro órgão ou entidade com a concordância do agente público. Sobre a questão da jornada de trinta horas, informou que o GT instituído para tratar desse tema estava atuando, de modo a conseguir ampliar o que está disposto no Decreto citado, uma vez que este prevê a flexibilização da jornada de trabalho para serviços que exigirem atividades contínuas em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, para atendimento ao público ou trabalho no período noturno, sendo facultado ao dirigente máximo do órgão autorizar os servidores a cumprir jornada de seis horas diárias. Falou, ainda, que qualquer mudança da lei deveria ser tratada no Congresso Nacional, ou seja, não era competência da Reitoria da UNIRIO. Na sequência, o Senhor Presidente agradeceu as colocações da Senhora Vice-Reitora e passou a palavra ao Conselheiro MATHEUS TRAVASSOS DOS REIS, que informou que o DCE e os Centros Acadêmicos estavam participando da Campanha Natal Sem Fome do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e articulando um modo de ajudar, também, os estudantes da UNIRIO. Convidou a comunidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

universitária a participar da Campanha, contribuindo com qualquer quantia em dinheiro ou com a doação de cestas básicas ou de um quilo de alimento não perecível, informou o modo de transferência monetária instantâneo, mais conhecido como Pix, para a recepção das doações em dinheiro e agradeceu a oportunidade de fala. Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra à Professora ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA, Diretora da Escola de Nutrição, que solicitou dois esclarecimentos: o primeiro, relacionado à não percepção de Função Gratificada (FG) pelo Coordenador do Setor de Supervisão de Estágios daquela Escola, por não haver esse tipo de função disponível na estrutura da UNIRIO para tal, e seu impacto na inclusão da Unidade no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). Argumentou que outras Unidades foram criadas de forma semelhante àquela, com a previsão de uma gratificação, porém, sem que houvesse a disponibilidade para a destinação, e questionou a PROPLAN se a criação de tais Unidades estava de fato concretizada ou se seria revista. O segundo esclarecimento, estava relacionado ao orçamento da Universidade para dois mil e vinte e quatro, no qual, segundo ela, não havia sido feita a previsão de verba, pelo GT Infraestrutura, para a reforma do subsolo do prédio da Escola de Nutrição. Relatou que o local abrigava o pessoal terceirizado de limpeza e segurança patrimonial, além do Setor de Transportes (SETRAN) e laboratórios, e quando chovia forte, as instalações ficavam submersas, acrescentando que houve uma relativa piora das condições nos últimos tempos, com o transbordamento do esgoto. Destacou que o local era extremamente insalubre e que já tinha sido objeto de denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público Federal (MPF). Apontou a necessidade de discussão e apresentação de estimativa quanto à realização da referida obra, a qual, conforme tinha sido informado pela Coordenação de Engenharia, seria possível com determinada quantia, além disso, só depois dessa reforma, o subsolo poderia voltar a ser ocupado. Em resposta aos questionamentos, o Senhor Pró-Reitor de Planejamento informou que o GT Infraestrutura tivera sua primeira reunião recentemente, mas a finalidade do Grupo não era a definição de orçamento com relação a obras, e sim a discussão de questões mais amplas sobre como a UNIRIO poderia melhorar o processo de gerenciamento das ações que envolviam as obras de engenharia, as quais, segundo ele, de uma maneira geral, costumavam ser muito caras, e acomodá-las dentro do orçamento discricionário era, nas suas palavras, uma tarefa muito complicada. Na sua opinião, a melhor estratégia era buscar outras formas de obter recursos, a partir de alguns projetos prontos, já com custo definido. Sobre o primeiro questionamento da Senhora Diretora da Escola de Nutrição, o Senhor Pró-Reitor de Planejamento destacou que a criação do Setor de Supervisão de Estágios era um assunto / tema que a PROPLAN e a PROGEPE vinham debatendo há algum tempo. Mencionou que os cargos comissionados ligados a setores que vinham sendo criados e para os quais não havia cargo comissionado tinham algumas implicações. Explicou que a PROPLAN estava fazendo um levantamento e procurando entrar em contato com outros setores do MEC, nos fóruns da ANDIFES, para entender todas essas implicações, de modo a promover um debate qualificado sobre o assunto. Ressaltou que todos os cargos já existentes, que deveriam ter uma FG destinada, mas não tinham, não estavam no SIOG, o que impossibilitava a emissão de portaria pela PROGEPE. Entendia que era melhor analisar e expor a situação, a fim de obter subsídios para pactuar uma política de procedimentos, com vistas a resolver a questão. Pediu desculpas pelo lapso temporal no envio de uma resposta àquela Escola e avisou que, caso houvesse uma urgência daquela



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

Unidade, o tema poderia ser apresentado para discussão no CONSUNI, entretanto com todas as ressalvas acima mencionadas. Ainda, considerou que não era promissora a criação de cargo comissionado, na expectativa de que o Governo Federal disponibilizasse a gratificação à Universidade, porque, conforme sinalizado pelo próprio Governo, não haveria a distribuição de Cargos de Direção (CDs) e FGs faltantes. Ponderou que insistir em tal prática era criar lacunas, que teriam uma série de implicações, para as quais não havia resposta. Diante do exposto, acreditava que a Universidade deveria tomar uma decisão coletiva sobre como lidar com o assunto. Em seguida, a Senhora Vice-Reitora avaliou que seria necessário o debate do tema em outro momento e evidenciou que, no passado, ela tinha sido contrária à criação do Setor de Supervisão de Estágios na Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (EEAP), porque, no seu entendimento, se procedia à criação de um setor, para, posteriormente, se destinar uma gratificação, que não seria recebida, os anos passariam, e o assunto ficaria sem solução. Com relação ao GT Infraestrutura, reiterou as informações do Senhor Pró-Reitor de Planejamento de que a atuação do Grupo ainda era muito recente e de que a denúncia feita aos órgãos de controle constava de relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), acrescentando que a gestão atual tinha conhecimento do fato, não por ter sido informada, mas porque estava se inteirando das questões que envolviam os espaços da Universidade e buscando formas de solucionar os problemas. No caso em tela, ponderou que uma solução paliativa já tinha sido posta em prática: o desentupimento da rede de esgoto do prédio da Escola de Nutrição; outra já estava em andamento, por meio de licitação e empenho: a dedetização, desratização e descupinização da Unidade. Sobre o desentupimento da rede de esgoto, informou que a empresa contratada para a realização do serviço tinha mencionado que, se a Universidade promovesse uma manutenção preventiva e periódica da referida rede, o problema de alagamento não mais ocorreria. Dessa forma, adiantou que a PROAD já estava providenciando meios para que o serviço fosse executado periodicamente. Sobre o GT Infraestrutura, destacou que a prioridade do Grupo era a resolução dos problemas de espaço físico enfrentados por toda a UNIRIO, não apenas pela Escola de Nutrição. Ao término da sua fala, a Professora MÔNICA VALLE DE CARVALHO, considerando as colocações feitas pelo Senhor Pró-Reitor de Planejamento a respeito da criação de cargos comissionados, opinou que, como docente da Escola de Nutrição, se a situação se tornasse mais complexa, todos os cargos criados até aquele momento, sem a destinação de CD ou FG, deveriam ser revistos, a fim de que a reforma curricular da Escola não ficasse prejudicada. Opinou também que a Pauta apresentada no início daquela Sessão era demasiado longa, por conta de temas que vinham se acumulando, devido a não realização de reuniões periódicas. Segundo a Conselheira, caso a Pauta tivesse menos assuntos, haveria a possibilidade de ocorrer um debate e não, nas suas palavras, o esvaziamento da Sessão em virtude do avançado da hora. Assim, solicitou à Reitoria que mantivesse um calendário de reuniões mais regulares dos Conselhos Superiores e reiterou a colocação de que o tema Orçamento deveria ser apresentado como item de pauta, por ser um assunto importante, e não no tópico Informes. A seguir, o Conselheiro RODRIGO DE OLIVEIRA RIBEIRO evidenciou que a ASUNIRIO estava atenta à conjuntura tanto externa à UNIRIO, em nível nacional, quanto interna. Ressaltou que, nacionalmente, acontecia o debate acerca da carreira dos servidores técnico-administrativos e que a Associação havia tomado parte da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, porém avaliou que as negociações com o Governo Federal não tinham sido promissoras, com a

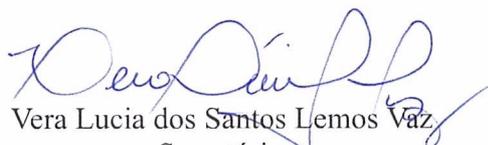


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Secretaria dos Conselhos Superiores

possibilidade de um indicativo de entrada em estado de greve. Sobre as questões internas, reiterou a informação do Senhor Presidente de que havia uma audiência pública agendada no HUGG, no dia vinte de dezembro do corrente ano, para a qual a ASUNIRIO havia proposto seis pontos na pauta: o controle eletrônico de frequência; a cessão dos servidores do RJU do HUGG para a EBSERH; a recriação do ambulatório de atendimento aos servidores da Universidade; a transferência do HUGG para o Hospital dos Servidores do Estado; a jornada de trabalho de trinta horas; e a escolha das chefias dos setores no Hospital, como uma das principais formas de combate ao assédio. Em seguida, a Professora ÉDIRA CASTELO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES reforçou as colocações feitas pela Senhora Diretora da Escola de Nutrição, falou da importância da manutenção preventiva e da realização de obras no subsolo do prédio que abriga a Escola e solicitou ao Magnífico Reitor que mantivesse a agenda de reunião proposta por ela mesma e pela Diretora da Escola de Nutrição. Em resposta às Professoras ALESSANDRA DA SILVA PEREIRA, MÔNICA VALLE DE CARVALHO e ÉDIRA CASTELO BRANCO DE ANDRADE GONÇALVES, o Senhor Presidente reiterou o seu compromisso de campanha, e aproveitou a ocasião para desejar um Feliz Natal a todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, Secretária, pelo Senhor Presidente e pela Senhora Vice-Reitora. A gravação da Reunião com a íntegra encontra-se disponível no *link*: [https://www.youtube.com/watch?v=a\\_EB6ZOe3oc&t=10914s](https://www.youtube.com/watch?v=a_EB6ZOe3oc&t=10914s)

  
José da Costa Filho  
Reitor

  
Bruna Silva do Nascimento  
Vice-Reitora

  
Vera Lucia dos Santos Lemos Vaz  
Secretária

TTDD: 005.1